



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 15 de Janeiro de 2021
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XV

Nº 2036



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2355, DE 15 DE JANEIRO DE 2021.

"Dispõe sobre a permissão de uso de bem imóvel municipal à Indústria de Rações Patense LTDA, na forma que especifica."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 70, VI, art. 86, I, "g" e art. 92, § 3º da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o art. 92 da Lei Orgânica Municipal prevê que "o uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público devidamente justificado";

CONSIDERANDO o interesse da Indústria de Rações Patense LTDA em utilizar-se de imóvel pertencente ao Município de Monte Carmelo para a instalação de câmara fria destinada ao acondicionamento de ossos;

CONSIDERANDO o benefício, para a saúde pública e ambiental, do acondicionamento correto dos ossos de animais recolhidos nos açougues do Município de Monte Carmelo;

CONSIDERANDO a manifesta existência de interesse público em permitir o uso do bem objeto da permissão a que se refere este Decreto, o que se evidencia pelo atendimento aos fins de interesse geral da coletividade;

CONSIDERANDO, por fim, que nos termos do parágrafo 3º do art. 92 da Lei Orgânica Municipal, "a permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto".

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada permissão de uso a título precário e gratuito, por tempo indeterminado de uma área de 03mX6m², à Indústria de Rações Patense LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.357.072/0001-96, com sede na Estrada Patos/Alagoas, KM 04, na Fazenda Barreiro, em Patos de Minas/MG, CEP nº 38.700-062.

Parágrafo Único. A permissão de uso a que se refere o *caput* vigorará por prazo indeterminado, a partir da publicação deste Decreto, podendo ser revogada a qualquer tempo, independentemente de indenização, a critério da Administração Pública Municipal, consoante razões de conveniência e oportunidade, sempre com fundamento no interesse público, ou cassadas por falta da permissionária, observado o devido processo administrativo, na hipótese de descumprimento das cláusulas contidas neste Decreto ou no Termo de Permissão de Uso.

Art. 2º A permissão de uso será formalizada mediante Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel, no qual deverá constar, obrigatoriamente:

- I - que a permissionária é responsável pela utilização do bem imóvel para a exclusiva finalidade de instalação de câmara fria para acondicionamento de ossos;
- II - que a permissionária deverá zelar pela conservação do bem;
- III - que a permissionária ficará obrigada a prestar informações sobre o bem objeto deste Decreto, sempre que solicitado pelo Município;
- IV - a prerrogativa do Município de Monte Carmelo de, a qualquer momento, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto e no Termo de Permissão de Uso;
- VII - a natureza gratuita da permissão;
- VIII - a utilização segundo a finalidade exclusiva do uso do bem;
- IX - a proibição da transferência, a qualquer título, a quem quer que seja, dos direitos decorrentes da permissão;
- X - a proibição quanto à modificação do uso a que se destina, sem expressa e estrita concordância do permitente;
- XI - a responsabilidade da permissionária por quaisquer danos ou

prejuízos causados no bem, ou por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de seu uso;

XII - a possibilidade de extinção da permissão por ato administrativo do Município, independentemente do pagamento de qualquer indenização, nas hipóteses de interesse público devidamente justificado e de descumprimento de qualquer das cláusulas do respectivo termo administrativo de permissão de uso de bem imóvel.

Art. 3º A permissão de uso de bem público municipal a que se refere o art. 1º deste Decreto aperfeiçoa-se exclusivamente em função do relevante interesse público, considerando o benefício, para a saúde pública e ambiental, do acondicionamento correto dos ossos de animais recolhidos nos açougues do Município de Monte Carmelo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 15 de janeiro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA

Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA

Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2356, DE 15 DE JANEIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS BARES, RESTAURANTES, LANCHONETES, SORVETERIAS, PASTELARIAS, PIZZARIAS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES, ENQUANTO PERDURAR O ESTADO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DA DOENÇA INFECCIOSA VIRAL RESPIRATÓRIA COVID-19, CAUSADA PELO VÍRUS SARS-CoV-2, EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO que o Decreto 2256, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no Município de Monte Carmelo/MG em razão de surto de doença respiratória COVID-19, e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO que o Município de Monte Carmelo aderiu ao Plano Minas Consciente do Governo do Estado, por meio do Decreto 2307, de 07 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que o Município de Monte Carmelo regrediu para a onda amarela do Plano Minas Consciente, que autoriza a abertura dos serviços não essenciais;

CONSIDERANDO que os casos de infecção do Coronavírus estão aumentando no Município, juntamente com a ocupação de leitos na rede hospitalar municipal;

CONSIDERANDO que as medidas sanitárias deverão ser acompanhadas diariamente, de forma responsável, a fim de monitorar seus efeitos sobre a curva de tendência, observando o impacto das medidas no sistema de saúde;

CONSIDERANDO as Recomendações do Comitê de Enfrentamento à COVID-19, criado por meio do Decreto 2256/2020, com caráter deliberativo, e com competência para monitorar a

emergência em saúde pública decretada, além de adotar e fixar medidas de saúde pública necessárias para a prevenção e controle do contágio e o tratamento das pessoas afetadas.

DECRETA:

Art. 1º O atendimento ao público nos bares, restaurantes, lanchonetes, sorveterias, pastelarias, pizzarias e estabelecimentos similares no Município de Monte Carmelo não deverá ultrapassar às 23 (vinte e três) horas.

Parágrafo únicos. O disposto no *caput* deste artigo, não se aplicam aos serviços de *delivery*.

Art. 2º Os estabelecimentos que não cumprirem o horário estabelecido neste Decreto e as medidas sanitárias descritas no Protocolo Minas Consciente poderão sofrer interdição cautelar, nos termos do art. 24 do Código de Saúde do Estado de Minas.

Art. 3º A fiscalização dos estabelecimentos no âmbito municipal, para execução das medidas emergenciais de restrição e acessibilidade em razão da pandemia provocada pela COVID-19, ficará a cargo de servidores da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais, Secretaria Municipal de Fazenda, Procon e Diretoria de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, os quais poderão solicitar, caso seja necessário, apoio da Polícia Militar, de modo a garantir a fiel observância das medidas e restrições impostas.

Parágrafo único. A fiscalização será realizada diariamente, inclusive, no período noturno, finais de semana e feriados, mediante escala de revezamento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 15 de janeiro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 03, DE 14 DE JANEIRO DE 2021.

"Dispõe sobre a criação e designação dos membros da Comissão de Análise das Inscrições para designação de função pública na Rede Municipal de Ensino, nos termos da Resolução SMEC nº 02/2020".

A Secretária Municipal de Educação de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições conferidas no inciso I, do artigo 74 da Lei Orgânica e com fulcro na Lei Municipal nº 1654/2020, e,

CONSIDERANDO a Resolução SMEC nº 02, de 08 de dezembro de 2020 que dispôs sobre os critérios e definiu os procedimentos para as inscrições e classificação de candidatos para o exercício de função pública na Rede Municipal de Ensino da Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Análise das Inscrições para designação de função pública na Rede Municipal de Ensino, cuja função é analisar as inscrições realizadas, classificar os candidatos, divulgar os resultados e acompanhar o procedimento no decorrer do ano letivo de 2021.

Art. 2º Integram a Comissão de Análise das Inscrições para designação de função pública na Rede Municipal de Ensino, os seguintes membros:

- I. Elane Maria Lana de Oliveira - Secretária Municipal de Educação;
- II. Edimeire Rosa de Oliveira - Chefe de Departamento/Setor de RH/SME;
- III. Lânia Abadia de Paula - Chefe de Departamento/Setor Pedagógico;
- IV. Cimeide Maria de Oliveira Portilho - Assessora Educacional;
- V. Marlon Bleno Venceslau da Silva - Coordenador/Setor de RH/SME.

Art. 3º O trabalho realizado pelos membros da Comissão, instituída no

artigo 1º desta Portaria, é considerado relevante serviço público não remunerado prestado ao Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de janeiro de 2021.

ELANE MARIA LANA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO – Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a Cooperativa de Crédito Montecredi LTDA, com a interveniência da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais, com fulcro na Lei Municipal nº 1268/2015 e no Decreto Municipal nº 1594/2015. Objeto: a adoção, pela conveniada, do canteiro localizado abaixo da Praça da Igreja Nossa Senhora do Carmo – Praça da Matriz, conforme projeto paisagístico que instrui o convênio, que constitui parte integrante e indissociável do termo. Das despesas: a Cooperativa de Crédito Montecredi LTDA, ora conveniada, arcará com todas as despesas inerente à manutenção do projeto paisagístico, sem prejuízo daquelas provenientes dos custos relativos à sua conservação, mediante a fiscalização da S. M. de Infraestrutura e Serviços Urbanos. Da vigência: de 11 de janeiro de 2021 a 10 de janeiro de 2025.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO: 2º Termo Aditivo ao Convênio que entre si celebraram o Município de Monte Carmelo e o Lar dos Idosos "União Allan Kardec", com fulcro na Lei nº 1232, de 11 de fevereiro de 2015, cujo objeto é custear a institucionalização da idosa Sra. Olga Fraga da Silva, com a finalidade de garantir o cumprimento da decisão judicial proferida no processo judicial nº 5000329-91.2019.8.13.0431. Das alterações: I. O prazo de vigência final previsto na Cláusula Quarta do Convênio fica prorrogado para 31/12/2021, podendo ser prorrogado novamente, mediante Termo Aditivo, observados os preceitos contratuais e legais. II. A Cláusula Quinta – "Dos recursos financeiros" passa a vigorar com a alteração da Ficha, a qual será a 479. Todas as demais Cláusulas e Condições do Termo de Convênio, mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, observado as alterações oriundas do 1º (primeiro) Termo Aditivo. Data de Assinatura: 17/12/2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO: 2º Termo Aditivo ao Convênio que entre si celebraram o Município de Monte Carmelo e o Lar dos Idosos "União Allan Kardec", com fulcro na Lei nº 1232, de 11 de fevereiro de 2015, cujo objeto é custear a institucionalização da idosa Sra. Olga Fraga da Silva, com a finalidade de garantir o cumprimento da decisão judicial proferida no processo judicial nº 5000329-91.2019.8.13.0431. Das alterações: I. O prazo de vigência final previsto na Cláusula Quarta do Convênio fica prorrogado para 31/12/2021, podendo ser prorrogado novamente, mediante Termo Aditivo, observados os preceitos contratuais e legais. II. A Cláusula Quinta – "Dos recursos financeiros" passa a vigorar com a alteração da Ficha, a qual será a 479. Todas as demais Cláusulas e Condições do Termo de Convênio, mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, observado as alterações oriundas do 1º (primeiro) Termo Aditivo. Data de Assinatura: 17/12/2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO: 2º Termo Aditivo ao Convênio que entre si celebraram o Município de Monte Carmelo e o Lar dos Idosos "União Allan Kardec", com fulcro na Lei nº 1232, de 11 de fevereiro de 2015, cujo objeto é custear a institucionalização do idoso Sr. Jairo dos Reis, com a finalidade de garantir o cumprimento da decisão judicial proferida no processo judicial nº 0431.14.001685-5. Das alterações: I. O prazo de vigência final previsto na Cláusula Quarta do Convênio fica prorrogado para 31/12/2021, podendo ser prorrogado novamente, mediante Termo Aditivo, observados os preceitos contratuais e legais. II. A Cláusula Quinta – "Dos recursos financeiros" passa a vigorar com a alteração da Ficha, a qual será a 479. Todas as demais Cláusulas e Condições do Termo de Convênio, mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, observado as alterações oriundas do 1º (primeiro) Termo Aditivo. Data de Assinatura: 17/12/2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO: 2º Termo Aditivo ao Convênio que entre si celebraram o Município de Monte Carmelo e o Lar dos Idosos "União Allan Kardec", com fulcro na Lei nº 1232, de 11 de fevereiro de 2015, cujo objeto é custear a institucionalização do idoso Sr. José Batista de Souza, com a finalidade de garantir o cumprimento da decisão judicial proferida no processo judicial nº 5000792-96.2020.8.13.0431. Das alterações: I. O prazo de vigência

final previsto na Cláusula Quarta do Convênio fica prorrogado para 31/12/2021, podendo ser prorrogado novamente, mediante Termo Aditivo, observados os preceitos contratuais e legais. II. A Cláusula Quinta – “Dos recursos financeiros” passa a vigorar com a alteração da Ficha, a qual será a 479. Todas as demais Cláusulas e Condições do Termo de Convênio, mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, observado as alterações oriundas do 1º (primeiro) Termo Aditivo. Data de Assinatura: 17/12/2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO: 2º Termo Aditivo ao Convênio que entre si celebraram o Município de Monte Carmelo e o Lar dos Idosos “União Allan Kardec”, com fulcro na Lei nº 1232, de 11 de fevereiro de 2015, cujo objeto é custear a institucionalização do idoso Sr. José Borges Machado, com a finalidade de garantir o cumprimento da decisão judicial proferida no processo judicial nº 5000984-29.2020.8.13.0431. Das alterações: I. O prazo de vigência final previsto na Cláusula Quarta do Convênio fica prorrogado para 31/12/2021, podendo ser prorrogado novamente, mediante Termo Aditivo, observados os preceitos contratuais e legais. II. A Cláusula Quinta – “Dos recursos financeiros” passa a vigorar com a alteração da Ficha, a qual será a 479. Todas as demais Cláusulas e Condições do Termo de Convênio, mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, observado as alterações oriundas do 1º (primeiro) Termo Aditivo. Data de Assinatura: 17/12/2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO: 1º Termo Aditivo ao Convênio que entre si celebraram o Município de Monte Carmelo e o Lar dos Idosos “União Allan Kardec”, com fulcro na Lei nº 1232, de 11 de fevereiro de 2015, cujo objeto é custear a institucionalização da idosa Sra. Luzia Maria de Jesus, com a finalidade de garantir o cumprimento da decisão judicial proferida no processo judicial nº 5001828-76.2020.8.13.0431. Das alterações: I. O prazo de vigência final previsto na Cláusula Quarta do Convênio fica prorrogado para 31/12/2021, podendo ser prorrogado novamente, mediante Termo Aditivo, observados os preceitos contratuais e legais. II. A Cláusula Quinta – “Dos recursos financeiros” passa a vigorar com a alteração da Ficha, a qual será a 479. Todas as demais Cláusulas e Condições do Termo de Convênio, mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor. Data de Assinatura: 17/12/2020.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebraram o Município de Monte Carmelo e a União Allan Kardec – Lar dos Idosos, com fulcro na Lei nº 1232, de 11 de fevereiro de 2015. Objeto: a mútua cooperação entre os partícipes, com a finalidade de custear as despesas para a institucionalização do idoso Sr. Onofre Espanhol, com a finalidade de garantir o cumprimento da decisão judicial proferida no processo nº 5003178-02.2020.8.13.0431. Do valor: pagamento mensal pela Conveniente à Conveniada de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Vigência: de 22 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2021.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br